

RDM

EDIÇÃO DIGITAL

3 PODERES

A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Janeiro
EDIÇÃO 15 | 2025



Metas da Educação Nacional


A grande pauta tramita no Congresso Nacional:
Plano Nacional de Educação (PNE)



Entrevista | Patrus Ananias
Brasil precisa de um
projeto nacional

Presença quilombola
Balanço do TSE mostra a
eleição de prefeitos e vereadores





Em 2024, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso consolidou seu compromisso com o desenvolvimento do estado, promovendo ações que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Com um trabalho focado na transparência, eficiência e inovação, a ALMT conquistou marcos importantes, como o Selo Diamante de Transparência e a execução de centenas de projetos que refletem o empenho em construir um futuro melhor para todos.

Cada conquista,

2054 PROJETOS DE LEI
376 LEIS ORDINÁRIAS
47 LEIS COMPLEMENTARES
832 RESOLUÇÕES

**SELO DIAMANTE DE
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**
PELO SEGUNDO
ANO CONSECUTIVO



ACESSE
OS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO
DA ALMT



um passo para o futuro.

TV ASSEMBLEIA

SINAL CHEGANDO A 62 MUNICÍPIOS
E ABRANGENDO CERCA DE 75%
DA POPULAÇÃO DO ESTADO



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.

Um ano de muita movimentação nos Poderes

A reportagem de capa desta edição é sobre a tramitação no Congresso Nacional, por enquanto em sua fase no Senado Federal, da proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Mas esta será apenas uma entre as dezenas – talvez centenas – de proposições a serem apreciadas por deputados federais e senadores neste ano de 2025.

Como é um ano pós-eleitoral, a movimentação nas apreciações e votações de projetos de lei e emendas constitucionais será profícua. Justamente porque estamos em um ano não eleitoral, quando não teremos aquele famoso recesso branco a partir do segundo semestre, momento em que nossos parlamentares mergulham nas eleições em seus estados.

Contudo, mesmo não sendo um ano eleitoral, 2025 já começa com momentos políticos importantes, como a posse do presidente norte-americano, Donald Trump. Espera-se, segundo alguns analistas, que o novo mandato do estadunidense poderá virar de cabeça o mundo, especialmente o Brasil. A conferir.

De todo modo, embora não eleitoral (ao menos oficialmente), trata-se de um ano em que as eleições de 2026 influenciam decisões políticas e administrativas. Um exemplo: o presidente Lula prepara uma reforma ministerial, mas – até o momento do fechamento desta edição – ela não havia sido iniciada porque se espera a costura de quais partidos vão confirmar apoio a seu governo até lá.

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão, COORDENADOR EDITORIAL

SUMÁRIO

CAPA | De olho no cofre

04 | CARTA

05 | OPINIÃO | Ives Granda da Silva Martins

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA |
João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Patrus Ananias

18 | EXECUTIVO

20 | JUDICIÁRIO

22 | SLEGISLATIVO

28 | ELEIÇÃO DE QUILOMBOLAS



EDIÇÃO DIGITAL

Edição nº 15
Janeiro / 2025

CEO

João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Mauricio

EDITOR DE ARTE
Fred Mota

REDAÇÃO

Repórteres: Humberto Azevedo, Jean Gusmão e Tchelo Figueiredo (fotografia).

CONSELHO EDITORIAL

João Pedro Marques (coordenador), João Orozimbo Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno, FredMota.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS

ANA MOURA, BÁRBARA GONÇALVES, DANIELLE PEREIRA, HUMBERTO AZEVEDO, IVES GRANDA DA SILVA MARTINS, JÉSSICA ARIANE, JOÃO PEDRO MARQUES, LUCAS PORDES LEÓN, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, COLABORA, SECOM-PR.

FOTOS

ADALBERTO MARQUES, JACKSON SOUZA, LÚCIO BERNARDO JR., PAULA MACIULEVICIUS, PEDRO FRANÇA, TÂNIA RÉGO, AGÊNCIA BRASÍLIA, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, SECOM-PR, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNJ, AGÊNCIA SENADO, ASSESSORIA STF, ASSESSORIA TSE, ASSESSORIA MPF, ASSESSORIA TCU, SECOM-PR.

REDAÇÃO

(65) 3623-1170 | 3622-2310 61 2107.9400
redacao@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL:
(65) 3623-1170

REVISTA RDM 3 PODERES
BRASIL PUBLICAÇÃO



O poder e as narrativas - Uma breve teoria do Poder

■ Por Ives Gandra da Silva Martins

A nos atrás escrevi um pequeno livro intitulado "Uma Breve Teoria do Poder". Hoje está na 4ª edição, veiculado pela Editora Resistência Cultural, que se notabilizou pela primorosa apresentação gráfica de suas edições. As edições anteriores foram prefaciadas por dois saudosos amigos: Ney Prado, confrade e ex-presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, e Antonio Paim, confrade da Academia Brasileira de Filosofia. A atual tem como prefaciador o ex-presidente da República e confrade da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Michel Temer.

Chamo-a de "Breve Teoria" por dedicar-me mais à figura do detentor do poder, muito embora mencione as diversas correntes filosóficas que analisaram a ânsia de governar, através da história.

Chamar um estudo de "breve" é comum. Já é mais complicado chamar uma teoria de breve. As teorias ou são teorias ou não são. Nenhuma teoria é "breve" ou "longa", mas apenas teoria.

Ocorre que, como me dediquei fundamentalmente à figura do detentor do poder e não a todos os aspectos do poder, decidi, contra a lógica, chamá-la de "Breve Teoria".

Desenvolvi no opúsculo a "te-

oria da sobrevivência". Quem almeja o poder luta, por todos os meios, para conseguiu-lo e, como a história demonstra, quase sempre sem ética e sem escrúpulos. Não sem razão, Lord Acton dizia, no século XIX, que "o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente".

Ocorre que, no momento que o poder é alcançado, quem o detém luta para mantê-lo por meio da construção de narrativas, cada vez tornando-se menos ético e mais engenhoso, até ser afastado. As narrativas são sempre de mais fácil construção nas ditaduras, mas são comuns nas democracias e tendem a crescer quando elas começam a morrer.

A característica maior da narrativa é transformar uma mentira numa verdade e torná-la para o povo um fato incontestado, ora valorizando fatos irrelevantes, ora, com criatividade, forjando fatos como, aliás, Hitler conseguiu com a juventude alemã com a célebre frase: "O amanhã pertence a nós".

Nas democracias, a luta pelo poder é mais controlada, pois as oposições desfazem narrativas e os Poderes Judiciários neutros permitem que correções de rumo ocorram. Mesmo assim, as campanhas para conquistar o poder são destinadas, não a debater ideias, mas literalmente destruir os adversários. Quando Levitsky e Ziblatti escreveram "Como as democracias morrem",

embora com um viés nitidamente a favor do partido democrata, desventuraram que as mais estáveis democracias do mundo também correm risco.

O certo é que, através da história, os que lutam pelo poder e os que querem mantê-lo, à luz da teoria da sobrevivência, necessitam de narrativas e não da verdade dos fatos, manipulando-as à sua maneira e semelhança, com interpretações "pro domo sua" das leis, reescrevendo-as e impondo-as, quanto mais força tem sobre os órgãos públicos, mesmo nas democracias, e reduzindo a única arma válida numa democracia, que é a palavra, a sua expressão menor, quando não a suprimindo.

É que, infelizmente, há uma escassez monumental de estadistas no mundo e um espantoso excesso de políticos cujo único objetivo é ter o poder e, quando atingem seu objetivo, terminam servindo-se mais do que servindo ao povo, pois servir ao povo é apenas um efeito colateral e não obrigatoriamente necessário.

Os ciclos históricos demonstram, todavia, que quando, pela teoria da sobrevivência os limites do razoável são superados, as reações fazem-se notar, não havendo "sobrevivência permanente no poder". As verdades, no tempo, aparecem, e, perante a história, as narrativas desaparecem e surge "a realidade nua dos fatos".

*** Ives Gandra da Silva Martins é professor, advogado e jurista.**



Secretário Totó Parente é chamado de “forasteiro” na prefeitura de SP



Em seu segundo mandato como prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) montou um secretariado que mescla políticos de cidades próximas que ficaram sem cargos eletivos em seus domicílios eleitorais e pessoas que há anos pulam entre cargos comissionados na prefeitura e no governo do estado. E tem gente até de fora de São Paulo, que, no entanto, por militância no MDB, acabou se aproximando. Um dos casos é o ex-líder estudantil e vereador por Cuiabá Totó Parente, que chegou a ser prefeito da capital mato-grossense. Com forte trânsito na capital paulistana, Parente é agora o secretário municipal de Cultura. Ele, junto com um tanto de gente “de fora”, é considerado um forasteiro na prefeitura de São Paulo.

Direita embaralha nomes para 26 e dá respiro momentâneo a aliados de Lula



A indefinição do bolsonarismo para 2026, com a inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL) e a multiplicação de pré-candidaturas, é vista por aliados de Lula (PT) como favorável para o campo governista, enquanto persistem dúvidas sobre a busca de reeleição pelo presidente ou a tentativa de fazer um sucessor. Apoiadores do petista avaliam que a desorganização da direita pode levar a uma fragmentação na eleição, além de evidenciar a perda de controle de Bolsonaro sobre o segmento. Lula é tratado como o plano A do PT para a disputa, mas a decisão dependerá de fatores como saúde e vontade de concorrer. A lista de interessados no espólio eleitoral de Bolsonaro, que está impedido de disputar eleições até 2030, ganhou reforços nos últimos dias com os anúncios do influenciador Pablo Marçal (PRTB) e do cantor Gustavo Lima (sem partido) de que são pré-candidatos à Presidência.

Bolsonaro dá indicações de que repetirá a prática de Lula em 2018



Enquanto isso, o ex-presidente Jair Bolsonaro sinaliza que repetirá, em 2026, o que Lula e o PT fizeram em 2018, quando na época o candidato a vice-presidente foi Fernando Haddad (PT). A ideia é registrar a candidatura de Bolsonaro como cabeça de chapa e, com a recusa da Justiça Eleitoral, ser substituído pelo vice, cujo nome cotado para vice é o do filho Eduardo, deputado federal pelo PL. A resistência de Bolsonaro em ungir um sucessor prolonga as incertezas. Tarcísio é tido como opção natural, mas mantém o discurso de que buscará a reeleição no estado, deixando aberta apenas a possibilidade de concorrer ao Planalto em 2030, quando estaria no fim do segundo mandato.



Temperatura global aumenta 1,6 °C e segue subindo

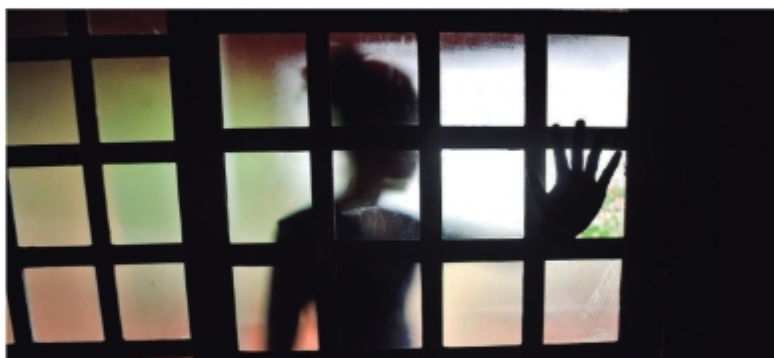


O Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S) acaba de divulgar relatório em que confirma que 2024 foi o ano mais quente já registrado mundialmente e o primeiro em

que a temperatura média global ultrapassou a marca de 1,5 grau Celsius (°C) acima dos níveis pré-industrialização (1850 e 1900). O número era o limite de elevação determinado no Acordo de Paris para evitar desastres climáticos mais graves. Aproximadamente 44% da superfície do planeta foi afetada por estresse térmico forte e extremo, a temperatura da superfície do mar chegou a 20,87 °C, valor acima da média dos últimos 30 anos, além da quantidade de vapor de água na atmosfera ter subido 5%. De acordo com o documento, as mudanças induzidas pelo homem continuam a ser a principal causa das alterações climáticas, ao lado de outros fatores, como o El Niño Oscilação Sul (Enos), que contribuíram para as temperaturas incomuns observadas durante o ano, resultando no agravamento de incêndios florestais e inundações de grande porte.

Comissão aprova projeto de programa para combater a pornografia infantil

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 516/21, que cria o programa "Infância Segura e sem Pornografia", com regras para proteção da dignidade de crianças e adolescentes. A proposta determina que a administração pública federal e entidades privadas que recebam recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, protejam a integridade física, psíquica e moral e a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Pelo texto, serviços e eventos públicos apoiados pelo poder público federal deverão observar as medidas propostas. Toda contratação pública deverá incluir cláusula de cumprimento do disposto, sob pena de rescisão unilateral por parte do poder público. Por outro lado, o projeto permite expressamente a divul-



gação de informações didáticas, científicas, biológicas e pedagógicas sobre o ser humano e seu sistema reprodutivo, desde que o conteúdo disponibilizado seja compatível e apropriado à idade e ao período pedagógico de crianças e adolescentes.

Dito & Feito

"O Programa RenovaBio é uma importante bandeira que o presidente Lula defendeu desde o início de sua gestão. Essa iniciativa deixa bem claro o seu compromisso com a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Agora, também valorizamos o papel dos produtores de biomassa no Programa e para tornar mais rigorosas as punições àqueles que descumprirem suas obrigações."

Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

"Eu acho que o governo teve neste primeiro momento na Secretaria de Comunicação mais um comunicador do governo do que um programa de comunicação do governo. Um programa de comunicação institucional verdadeiro, de interesse público, não ressalta o comunicador, ele ressalta um projeto de comunicação pública que deve ser oferecido à sociedade. Eu acho que isso ocorreu porque houve no início do governo uma confusão entre Secretaria de Comunicação e a voz autorizada do presidente da República, o porta-voz que não existe mais."

Tarso Genro, ex-ministro da Justiça.

“Falta ao Brasil sentido um projeto nacional”



Afirmção é do ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos governos Lula I e II, o deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte (MG), Patrus Ananias (PT-MG)

Por Humberto Azevedo

O ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos governos Lula I e II, o deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte (MG), Patrus Ananias (PT-MG), entre os anos de 1993 e 1996, durante mais de 60 minutos conversou com a reportagem do grupo RDM sobre diversos temas, como orçamento participativo, para garantir à sociedade onde os recursos públicos serão aplicados e o futuro da esquerda num mundo cada vez mais conflituoso.

Na conversa exclusiva com a reportagem do grupo RDM, que aconteceu em seu gabinete, o petista - que qua-

“

“É importante retomar o orçamento participativo. São as pessoas que mantêm o município, os estados e o país, com impostos. É fundamental que elas exerçam plenamente sua cidadania. Votar a cada dois anos é importante, mas é pouco. Quem paga impostos e gera os recursos tem o direito pleno de discutir prioridades, onde e como aplicar os recursos públicos”

se virou padre, mas que preferiu professar a vida política e partidária, depois de conhecer algumas namoradas, afirmou faltar ao Brasil um “sentimento de pátria, de nacionalidade” para que a “gente” possa “afirmar” e exercer “um projeto” verdadeiramente nacional.

Ele lamentou que “boa parte da burguesia brasileira” não tem esse “sentimento de pátria, de nacionalidade” como o ex-presidente da França, Charles de Gaulle, “que era um homem mais conservador”, afirmava em suas várias passagens que “uma criança francesa fora da escola” era “um insulto à França”. Para o ex-ministro, “esse sentimento de pátria, de nacionalidade, às vezes, falta ao Brasil

para a gente afirmar

“

“Se você aumenta o poder da população, como eu defendo, ampliando o planejamento e o orçamento participativo, de alguma forma você estabelece um poder paralelo, um poder, a meu ver, legítimo, democrático, participativo, mas você limita alguns poderes que são plenos do Poder Legislativo”

nesse sentido, para a gente afirmar um projeto nacional, de soberania, de sentir uma certa indignação, uma certa inquietação de saber que nós estamos entre os seis ou sete países mais injustos, desiguais do mundo”, ao mesmo tempo que o país é a nona maior economia do planeta.

Na longa conversa, Patrus Ananias - que se encontra em seu quarto mandato de parlamentar federal - falou sobre diversos temas, como sua luta e seu sonho em fazer com que o orçamento participativo seja adotado no país para garantir à sociedade onde os recursos públicos serão aplicados. Além deste tema que foi um dos pontos altos de seu mandato à frente da capital mineira na década de 90, o petista abordou ainda os desafios da esquerda democrática num mundo cada vez mais conflituoso.

“Eu considero que é importante retomar o orçamento participativo. (...) São as pessoas que mantêm o município, os estados-membros e o país, com os impostos. Então é fundamental que as pessoas possam exercer plenamente a sua cidadania. (...) Votar uma vez a cada dois anos é importante, muito. Um voto consciente, cidadão, mas é pouco. Então quem paga impostos, quem gera os recursos, eu penso que tem o direito pleno de discutir as prioridades, onde e como aplicar esses recursos públicos (...) Nós sabemos que os recursos são insuficientes para atender

às demandas do Brasil, que acumulou ao longo dos seus 524 anos de história uma dívida social muito alta”, comentou.

“Se você aumenta o poder da população, como eu defendo, ampliando o planejamento e o orçamento participativo (...) de alguma forma você estabelece um poder paralelo, um poder, que a meu ver, legítimo, democrático, participativo, mas você limita alguns poderes que são plenos do Poder Legislativo. (...) Eu senti que, mesmo quando eu fui prefeito, a gente já começava a enfrentar uma certa resistência na Câmara de Vereadores. (...) Outra coisa que contribuiu muito também [para esvaziar o orçamento participativo] foi tirar as pessoas dos encontros (...) O celular começou a ser o espaço de decisão. E aí esvaziamos os encontros locais, regionais”, complementou.

EDUCAÇÃO

Patrus defendeu durante a entrevista que o investimento em educação deve ser o grande projeto de Brasil a ser desenvolvido, oferecendo às crianças e jovens que cursam a escola pública o mesmo conhecimento que é aplicado nas escolas de elite, ao custo de até R\$

10 mil mensais por aluno, em modelos pedagógicos montessorianos e outros, adaptados à realidade brasileira.

“Eu acho que nós, da esquerda, por exemplo, temos uma limitação. (...) penso que nós não demos a devida atenção, acho que é o desafio que nós temos hoje, por exemplo, a questão pedagógica. (...) O que ensinar e como ensinar. Começar pela educação infantil. Começar pelas creches. As crianças bem-nascidas, as crianças ricas, os pais colocam em lugares espetaculares (...) Penso que é possível. É claro que tem que incorporar todos esses montessorianos e outros, mas eu penso que tem que ser uma coisa nossa também, brasileira, sabe? Eu acho que é necessário e é possível. É colocar recursos, priorizar”

MARX & JESUS

Com sólida formação católica e cristã, Patrus Ananias comentou ainda na entrevista que o atual estágio capitalista, por muitas vezes explicado na filosofia e na ciência política por pensadores como Karl Marx, pode ser muito bem resumido em pequenas parábolas feitas por Jesus de Nazaré.

“Eu costumo dizer que o que



Marx escreveu em quatro ou cinco volumes, o *Capital*, Jesus de Nazaré sintetizou em uma ou duas frases primorosas, 'você não podem servir a dois senhores, a Deus e ao dinheiro', emendou.

DESAFIOS DAS ESQUERDAS

Avaliando os desafios das esquerdas no Brasil, o ex-prefeito de BH avalia que "a gente precisa fazer um trabalho político com muita consistência na cidade, para retomar essa hegemonia que nós já tivemos durante muitos anos, e que, por vários motivos, nós perdemos".

ÍNTEGRA DA ENTREVISTA

Abaixo, publicamos a íntegra da entrevista concedida pelo deputado Patrus Ananias à reportagem do grupo RDM. Boa leitura!

Grupo RDM: Deputado Patrus, o senhor foi prefeito de uma das maiores cidades do país há mais de 30 anos, não?

Patrus Ananias: Eu fui eleito há 32 anos, em 1992.

Grupo RDM: Isso, na eleição de 92 até o ano de 1996, não é?

Patrus Ananias: Começamos o mandato em 93, ficamos até o final de 96, porque

não havia reeleição naquela época. Mas foi eleito [em 96] o nosso vice-prefeito, o Célio de Castro [então do PSB]. Depois veio o Fernando Pimentel [em 2000], que foi o meu secretário da Fazenda.

Grupo RDM: Depois, mais para frente, ele se tornou governador em 2014.

Patrus Ananias: Exatamente.

Grupo RDM: Vamos fazer um comparativo. Da época que o senhor foi prefeito, entre 93 e 96, quais são as diferenças e as semelhanças de ser prefeito naquela época e agora?

Patrus Ananias: Eu penso que muitas questões ainda continuam presentes, sabe? Por exemplo, eu considero que é importante retomar o orçamento participativo. Eu acho uma coisa muito vigorosa. Iria até, além, em vez do orçamento participativo, estabelecer o planejamento e o orçamento participativo. Quer dizer, as pessoas, as famílias, as comunidades, as regionais da cidade participando ativamente na formulação também das políticas que definem o orçamento. Os planos plurianuais, as Leis de Diretrizes Orçamentárias. Eu considero isso fundamental, porque são as pessoas que mantêm o município, os estados-membros e o país, com os impostos. Então é fundamental que as pessoas

“

“Eu acho que nós, da esquerda, por exemplo, temos uma limitação. Não demos a devida atenção, acho que é o desafio que nós temos hoje, por exemplo, à questão pedagógica. O que ensinar e como ensinar. Começar pela educação infantil, pelas creches. Eu acho que é necessário e é possível. É colocar recursos, priorizar”

possam exercer plenamente a sua cidadania. Votar uma vez a cada dois anos é importante, muito. Um voto consciente, cidadão, mas é pouco. Quem paga impostos, quem gera os recursos, eu penso que tem o direito pleno de discutir as prioridades, onde e como aplicar esses recursos públicos. Nós sabemos que os recursos são insuficientes para atender às demandas do Brasil, que acumulou ao longo dos seus 524 anos de história uma dívida social muito alta. O legado da escravidão. Quer dizer, nós estamos aí entre os seis ou sete países mais ricos do mundo e ao mesmo tempo estamos entre os seis ou sete países mais injustos e desiguais do mundo.





Grupo RDM: Aquela expressão da Belíndia que foi criada no Brasil, seria a Belíndia. Dos anos 70. Isso não mudou, não é?

Patrus Ananias: Dos anos 70, exatamente. Então, a questão do orçamento participativo, por exemplo, que foi esvaziada, por diversos motivos, vários fatores e tal. Eu penso que seria uma grande retomada, sabe? Nós deixamos alguns legados que estão muito presentes até hoje. Não teria que fazer o que nós fizemos. Nós construímos em quatro anos 12 escolas municipais em Belo Horizonte, além de reformarmos e ampliarmos dezenas de outras. Nosso legado, por exemplo, em algumas áreas, na educação, na saúde, na segurança alimentar, os restaurantes populares. Estão muito presentes, certamente, os investimentos nessas áreas. Algumas áreas que nós investimos muito, que eu mencionei aqui, algumas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e tal. Já teria um avanço que nós precisaríamos fazer os investimentos, o trabalho intenso que fizemos, porque encontramos realmente uma cidade onde as políticas públicas sociais estavam muito aquém das necessidades e das demandas das pessoas, das famílias, das comunidades e tudo. Agora, tem um outro aspecto também que é importante registrar. Belo Horizonte mudou muito do ponto de vista também ideológico. Nós te-

mos que recuperar isso, que é um grande desafio para nós. Eu tenho um filho que também é vereador em Belo Horizonte, Pedro Patrus. Para você ter uma ideia, quando eu fui vereador em Belo Horizonte, antes de ser prefeito, fui vereador, também. Nós éramos nove vereadores do PT em 37. E tínhamos outros, assim, no campo da esquerda, como o PCdoB, que por exemplo, tínhamos um vereador esplêndido, não sei se você teve a oportunidade de conhecer, que era o Sérgio Miranda, um ser humano admirável, inteligente e tal. O PSDB do Amílcar Viana Martins. Então, além dos nossos vereadores do PT, você

tinha um bloco grande de progressistas. O presidente da Câmara, na época, era do PCB [atual PPS], o Arutãna Cobério Tereza. Hoje, meu filho, Pedro, comenta comigo, que são 41 vereadores. O PT tem dois, o PSOL, duas. São, basicamente, os quatro vereadores que têm compromissos com a área social, com as políticas públicas. Enfim, com os pobres, com a justiça social, com o bem comum. Então, a cidade deu uma guinada à direita, sabe? Estou falando para você. O Lula ganhou todas as eleições que ele disputou em Belo Horizonte. Com exceção do ano retrasado, de 2022. O Lula ganhou em 1989, 1994, 1998. As eleições que ele ganhou em 2002, 2006. A Dilma ganhou em 2010. Em 2014, começou. Se não me falha a memória, a Dilma já perdeu em 2014.

“

“A igreja católica teve um papa, que antecedeu o Papa Francisco, que foi uma figura extraordinária, que foi o papa João XXIII. E aí veio a convocação do concílio ecumênico do Vaticano II. O papa fez isso no início dos anos 60, na minha infância, no início da minha adolescência. E aquilo começou a me despertar um certo interesse também pelas mudanças da igreja”

Grupo RDM: Até porque o candidato era o Aécio Neves.

Patrus Ananias: O Aécio. É.

Grupo RDM: Até porque BH era a casa do Aécio, não é?

Patrus Ananias: É. Em 2018 a mesma coisa. Mas, mesmo assim, em condições normais, o Aécio, sabe? Houve uma mudança, realmente. Não vamos também entrar nesses detalhes aqui, mas eu acho que é um desafio, hoje, muito grande para

nós ganharmos novamente a prefeitura de Belo Horizonte, aumentarmos a nossa bancada de vereadores. A gente precisa fazer um trabalho político com muita consistência na cidade, para retomar essa hegemonia que nós já tivemos lá durante muitos anos, e que, por vários motivos, nós perdemos. E esperamos que a gente retorne novamente um patamar mais elevado de presença política na cidade. Em linhas gerais, esse é um quadro complicado que eu estou colocando aqui em Belo Horizonte. Eu penso que algumas questões que nós delegamos foram sendo esvaziadas e isso teve um peso também. A questão, por exemplo, do orçamento participativo.

Grupo RDM: A questão do orçamento participativo é uma coisa que foi transformadora, porque o PT inicialmente trouxe isso. Mas a direita brasileira, o centro, o centro normal, que muita gente hoje chama de centrão, centro-direita, a própria centro-esquerda, até os partidos consorciados ao PT, eles não falam de orçamento participativo, que é colocar a população no centro da discussão e definir para onde vão os recursos. Por que essa política não perpassou o PT?

Patrus Ananias: Porque aí entra uma questão do poder. Se você aumenta o poder da população, como eu defendo, ampliando o planejamento e o orçamento participativo, e valendo o próprio orçamento, que eu disse, plano plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem que discutir também os planos setoriais, as políticas públicas específicas, de alguma forma você estabelece um poder paralelo, um poder, que a meu ver, legítimo, democrático, participativo, mas você limita alguns poderes que são plenos do Poder Legislativo. E o legislativo sabe o que representa mexer com dinheiro. O que representam os recursos, não só do ponto de vista político, mas também a questão das emendas. Volta e meia aparece...

Grupo RDM: E agora teve o orçamento secreto, a RP9, que era a emenda de relator, recentemente, que foi julgada inconstitucional pelo STF.

Patrus Ananias: Exatamente, exatamente. Então eu senti que, mesmo quando eu

“

“Duas pessoas me marcaram muito na juventude. Um não era cristão, o Mahatma Ghandi, a questão da não violência; e o outro nos EUA, o pastor Martin Luther King. Mas na minha juventude, no final dos anos 1970, me relacionei com as comunidades eclesiais de base, as pastorais, das favelas, operária, da juventude, um movimento bonito, muito forte”

fui prefeito, a gente já começava a enfrentar uma certa resistência na Câmara de Vereadores. Como eu saí da câmara para ser prefeito, tinha uma interlocução muito próxima com a câmara, um bom diálogo, e também a cidade, os movimentos, as pessoas que participavam do orçamento participativo, que eram milhares de pessoas, que era um processo crescente, começava nas comunidades, nos bairros, ia envolvendo até chegar às regionais da cidade, ia crescendo até as plenárias finais, com quatro, cinco mil pessoas e tudo, de representantes, eles iam também para a Câmara Municipal, de uma forma pacífica, não violenta, mas de uma forma vigorosa também, para cobrar das vereadoras, dos vereadores, que cumprissem o que foi decidido por eles, com o nosso respaldo também, com o apoio nosso e tudo. Então conseguimos avançar. Mas depois eu senti que começou uma certa experiência de Belo Horizonte e algumas outras muito boas, no Brasil.

Grupo RDM: Em Porto Alegre.

Patrus Ananias: Em Porto Alegre, com Ovídio Dutra, com Tarso Genro, em Vitória.

Grupo RDM: Que foram sendo abandonadas pelos demais governos.

Patrus Ananias: Exatamente. Elas foram sendo esvaziadas por esses motivos. Outra coisa que contribuiu muito também foi tirar as pessoas dos encon-



tros, porque a gente fazia encontros, nós estávamos lá nos bairros, encontros locais, encontros regionais, comunitários, pegava as regiões de Belo Horizonte, a cidade dividida em nove regiões, plenárias em nove das regionais, até as grandes cidades, íamos elegendo delegados e todos iam conhecer os representantes em todas as comunidades onde estavam sendo reivindicadas as obras sociais e as políticas públicas. Eu vi, por exemplo, uma coisa que me tocou o coração para sempre, comunidades abrindo mão de reivindicações justas, legítimas, em função de outras demandas mais dramáticas.



“

“O esvaziamento das comunidades eclesiais de base. E também um momento de vocações religiosas. Também decresceram questões religiosas. Algumas posições que a igreja mantém, com a questão do celibato, afastaram muito a juventude. Existiram padres religiosos extraordinários na minha juventude. Inteligentes, cultos, abertos”

momento como esse. É um orçamento participativo, é democrático, a discussão dos problemas da cidade e tudo. Então, foram esses fatores. Mas acho que a maior dificuldade que sinto é a questão de como estabelecer uma relação correta entre essa participação popular efetiva, cidadã, com a decisão mesmo. E, ao mesmo tempo, com o Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem que abrir mão de algumas prerrogativas que são muito caras do ponto de vista do manejo do dinheiro.

Grupo RDM: Agora, essa mudança que o senhor falou da guinada à direita em Belo Horizonte, no conglomerado urbano da grande BH, e voltando aqui, a sua formação, que é religiosa, católica. O senhor teve até um certo depoimento numa palestra do Leonardo Boff, acho que no ano passado, que o senhor falou que quase virou padre. Não virou padre, mas virou político. Como foi isso?

Patrús Ananias: Eu tive um momento que eu considerei mesmo a possibilidade de ir para o seminário nos meus 16, 17 anos, aiencontrei umas namoradas e mudei de ideia.

Grupo RDM: Mas aí continuou tendo a formação religiosa por causa da política, não é?

Patrús Ananias: Sim, sem dúvida.

Grupo RDM: E o Brasil era muito católico, nos anos 70, 80, 90, mas, a partir dos anos 90, começou a haver um mo-

vimento de transformação da sociedade brasileira. Isso contribuiu com o processo desta guinada à direita?

Patrús Ananias: Vamos fazer um resgate histórico para a gente contextualizar isso devidamente. Eu venho de uma família católica tradicional, uma família católica, vamos dizer assim, no velho estilo. Mas na minha infância eu sempre tive um interesse maior pelas coisas, de ler, de... Na minha infância, adolescência, exercendo a minha religiosidade familiar, eu... A igreja católica teve um papa, que antecedeu o papa Francisco, que foi uma figura extraordinária, que foi o papa João XXIII. E aí veio a convocação do concílio ecumênico do Vaticano II. O papa fez isso no início dos anos 60, na minha infância, no início da minha adolescência. E aquilo começou a me despertar um certo interesse também pelas mudanças da igreja, por João XXIII, as encíclicas sociais, os documentos dele, e o movimento aqui na Igreja do Brasil. Então, na minha juventude vieram mesmo, minha militância, comunidades eclesiais de base, pastorais da juventude, as leituras relacionadas com a teologia da libertação. Então eu tive uma formação, e depois me aproximei também de pessoas, pensadores católicos, que me marcaram profundamente. Estudei muito filosofia cristã, católica, numa linha ecumênica, porque me abri muito também. Pessoas que me marcaram muito na juventude foram duas. Um não era cristão, que era o Mahatma Gandhi, a questão da não violência, e o outro, nos Estados Unidos, o pastor Martin Luther King. Mas eu me lembro bem, na minha juventude ainda, no final dos anos 1970, me lembro que eu li um texto, não tenho mais o autor, de alguém que dizia isso, que estava tendo um movimento para frear o processo aqui da Igreja do Brasil, relacionado especialmente com as comunidades eclesiais de base, as pastorais, pastoral das favelas, pastoral operária, pastoral da juventude, um movimento bonito, muito forte.

Grupo RDM: Em que esse movimento até ajudou a fundar o PT.

Patrús Ananias: Exatamente. Então eu tenho para mim que muito desse movimento de direita, que hoje inclui também

Grupo RDM: Mais urgentes.

Patrús Ananias: Mais urgentes, porque elas conheciam a realidade e tudo. Então, o plenário era muito importante também. Com o advento...

Grupo RDM: Do celular.

Patrús Ananias: O celular começou a ser o espaço de decisão. E aí esvaziamos os encontros locais, regionais, até os grandes encontros da cidade mesmo, as plenárias municipais. Foi outro fator também que contaminou muito. Acho que o encontro das pessoas também é fundamental num



setores da Igreja Católica, que não são só os evangélicos, tem evangélicos unificados contra a esquerda, mas eu penso que o movimento é bem pensado pela direita, a partir dos Estados Unidos. E nós, da esquerda democrática, sendo esquerda, compromisso com a vida, com os direitos fundamentais, o sonho, a perspectiva de um socialismo democrático, que efetivamente respeite e promova os direitos humanos, os direitos fundamentais, o respeito às diferenças, aos diferentes, nós demos devida atenção a isso. Um autor francês que eu tenho lido muito ultimamente, o [Thomas] Piketty, ele trabalha isso, ele chama atenção para esse aspecto, para essas questões. A direita começou a se articular com muita força logo depois da Segunda Guerra. A gente achava que a esquerda estava consolidando e ganhou mais raiz nos anos 60, 70, com a escola de Chicago, por exemplo. E ele chama aten-

“

“Penso que a direita, nós não demos a devida atenção à direita, essa questão religiosa é um dado, mas tem outros, é isso, a direita começou a se organizar nessa perspectiva de uma direita mesmo, alguns um pouco mais razoáveis e outros uma perspectiva mais ditatorial mesmo, autoritária, mas um pensamento muito conservador em todos os sentidos”

ção para isso, de setores de direita que começaram a se... E pelo mundo também. Na Igreja Católica, houve uma onda muito grande, nós tivemos também o pontificado do Papa João Paulo II, uma linha mais conservadora. Eu dou desconto ao João Paulo II, porque ele veio da Polônia.

Grupo RDM: Que ele viu o outro lado da cortina de ferro?

Patrus Ananias: Uma ditadura também, que não tinha nada... Terrível.

Grupo RDM: Que perseguia...

Patrus Ananias: Nem foi uma revolução, foi uma ocupação mesmo, no pós-guerra. Uma ditadura mesmo. Então ele tinha esse lado. Eu acho que ele não capturou bem o outro lado também, no sentido. Mas o fato é que o pontificado dele, que eu faço essa relação, eu acho que, do ponto de vista pessoal... E ele deixou algumas encíclicas também positivas, do ponto de vista social, em relação aos direitos dos trabalhadores, das pessoas mais empobrecidas, da perspectiva da justiça social. Mas o processo aqui no Brasil foi muito ruim. Com o esvaziamento total dessa igreja mais progressista. Que tinha referência em nomes como o Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo; Dom Helder Câmara, em Recife; Dom José Maria Pires, na Paraíba. Eu conheci muito também um extraordinário, Dom Frago, lá nos sertões de Ceará, em Crateús. Dom Pedro Casaldáliga. Esses bispos, arcebispos, cardeal, como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Aloísio Lorscheider. Eles não tinham... Os sucessores foram sempre colocados fora de qual-

quer participação efetiva deles. E, via de regra, foram substituídos por pessoas de direita. E não tinham essa visão.

Grupo RDM: Holística?

Patrus Ananias: Exatamente. Não tinham essa visão contra todas as ditaduras, nesse sentido. Eram contra única e exclusivamente as ditaduras comunistas. Então, houve, de fato, um empobrecimento da igreja muito grande, nesse sentido. O esvaziamento das comunidades eclesiais de base. E também um momento de vocações religiosas. Acho que também decresceram as questões religiosas. Algumas posições que a igreja mantém, essa questão do celibato. Outras questões também afastaram muito a juventude. Houve, a meu ver, padres religiosos extraordinários na minha juventude. Inteligentes, cultos, abertos. E que me ajudaram muito a abrir horizontes, leituras. Jacques Maritain, Emanuel Munier, padre Lebrét e tal. Com 17 anos, eu conheci o Alceu Amoroso Lima, o doutor Alceu. Houve um retraimento, nesse sentido. Eu me lembro que um padre notável em Belo Horizonte, chamado Alberto Antoniazzi, um italiano, veio da Itália. Ele falou comigo: ‘Eu fui padre quando Paulo VI era bispo lá em Milão’. Ele já teve um problema de doença, antevendo um pouco o fim dele. ‘Eu falei, vocês vão ter uma geração de padres muito empobrecidos do ponto de vista intelectual e ético’. Nós estamos vivendo um pouco na Igreja Católica hoje. Tem pessoas notáveis, sempre tem. Como a gente tem fé, o Espírito de Jesus vai navegando. Mas houve um empobrecimento realmente grande, nesse sentido, do ponto de vista intelectual, de abertura, de diálogo com outras correntes religiosas, de diálogo mais alargado com a própria tradição cristã. Não podemos esquecer que a grande referência nossa, que é Jesus, deixou seu legado há mais de dois mil anos. Isso implica também uma leitura permanente, me faz lembrar um diálogo que um bispo me contou no concílio ecumênico de João XXIII. Chegou um bispo mais conservador e perguntou: ‘mas, santidade, nós estamos mudando a mensagem de Jesus, o evangelho?’. E João XXIII falou: ‘não, seu bispo, a mensagem de Jesus que está escrita é permanente. O que muda é a nossa compreensão sobre ela. A nossa

leitura, o que muda é a nossa capacidade de interpretar o contexto histórico em que estamos vivendo. Houve realmente um empobrecimento. Eu continuo muito fiel à minha formação cristã. Não sei se você conhece, por exemplo, esses autores franceses que eu mencionei, o Jacques Maritain, o Manuel Mourier, então, eles me marcaram muito. Então estou muito fiel a esse legado, é claro que buscando também novos horizontes. Achei admirável o Papa Francisco, na última encíclica social dele, ele termina prestando homenagem ao Gandhi e ao Martin Luther King. Então tem uma perspectiva, eu acho que o legado de Jesus é um legado muito poderoso, que vai atravessar os tempos.

Grupo RDM: Sim, mas essa transformação do Brasil nos anos 70, 80, 90, para agora, do Brasil católico para o Brasil pós-católico, seria protestante?

Patrus Ananias: Eu volto ao Piketty, eu penso que a direita, nós não demos a devida atenção à direita, essa questão religiosa é um dado, mas tem outros, é isso, a direita começou a se organizar nessa perspectiva de uma direita mesmo, alguns um pouco mais razoáveis, e outros, uma perspectiva mais ditatorial mesmo, autoritária, mas um pensamento muito conservador em todos os sentidos, no campo moral, religioso, no campo econômico, social, no campo

“

“Eu tenho maior apreço pelo Paulo Freire. Admiração, conheço bem a obra dele. Inclusive eu fiz um trabalho sobre educação, voltei lá, em Pedagogia do Oprimido, Educação como Prática da Liberdade. Mas o Paulo Freire não foi um pensador da escola. Ele foi um pensador, um ator da educação popular, que é o seu espaço”

cultural e tudo mais, então eles chamam atenção para isso, a escola de Chicago, a eleição, duas eleições que nós não demos a devida atenção, o Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e durante 18, 19 anos, a Margaret Thatcher governou a Inglaterra, dois atores de alta, de muita força de direita, então a direita começou e nós não demos a devida atenção, e veio em 1989 a queda do muro de Berlim, a explicação de muitas contradições realmente do comunismo, a dissolução da União Soviética, a explicação dessas questões relacionadas contra a democracia, contra os direitos humanos, contra os direitos fundamentais nos países comunistas, e o pensamento de esquerda entra em crise, nesse sentido, eu conside-

ro que a esquerda mais radical, sobretudo os comunistas, colocaram temas que realmente assombraram muito, eu falo, inclusive, para minha família, meus avós, meus pais, eu estou notando aqui, por exemplo, primeiro, abolir Deus e a religião, o Estado ateu, depois, abolir totalmente a propriedade privada, então, cadê a sua propriedade, a sua casa, seu apartamento decente, a sua propriedade rural decente também?

Grupo RDM: E isso alimenta hoje o discurso da extrema-direita...

Patrus Ananias: Exatamente. Aí veio a questão da propriedade, a questão do Estado, aquela coisa do Marx também, então há algumas questões que o socialismo real, especialmente o comunismo na sua prática, mas algumas ideias também teóricas relacionadas a um marxismo mal digerido, mal lido, deixou muitas marcas, facilitou a ação da direita, nesse sentido. A queda da União Soviética, o capitalismo, um autor, que eu esqueço o nome dele, falou que o capitalismo era a última etapa, o capítulo final da humanidade. Durar não sei quanto tempo, essa ideia do liberalismo econômico. Então eu vejo muito por aí também. É um contexto histórico que eu acho um grande desafio para a esquerda. Achei importante o que aconteceu na Inglaterra, mais importante ainda o que aconteceu na França, mostra que a esquerda não



morreu, que os ideais do socialismo democrático, de uma esquerda democrática comprometida com a vida, com a dignidade humana, pode ter presença ainda. Eu penso que aqui no Brasil nós temos esse desafio de pensarmos nesse momento o que realmente nós queremos para o Brasil. Eu tenho trabalhado muito nisso. Nós constituímos aqui a Frente Parlamentar em Defesa da Soberania. Eu estou aí, eu volto com meus textos, eu sei que eu vou fazer um texto sobre a questão do Projeto Nacional Brasileiro. Nessas minhas reflexões, eu considero a educação uma coisa fundamental, desde a educação infantil, desde as creches. Eu penso...

Grupo RDM: Dentro do projeto do Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, das escolas em tempo integral?

Patrus Ananias: Vou te mostrar um texto que eu fiz sobre educação. É uma alfabetização altamente politizadora, no sentido positivo. Quem pensou realmente em escola foi o Anísio Teixeira. Em boa parte, o Darcy Ribeiro. Que é pensar Escola? Eu acho que nós, da esquerda, por exemplo, temos uma limitação. Nós defendemos o que é muito justo, é fundamental. Nós estamos sempre defendendo as categorias. Defendemos com muita justiça, melhores salários, melhores condições de trabalho, maior respeito para as professoras, professores e todas as pessoas que trabalham nos projetos pedagógicos, nas escolas e tudo. E penso que nós não demos a devida atenção, acho que é o desafio que nós temos hoje, por exemplo, a questão pedagógica. Os conteúdos curriculares. O que ensinar e como ensinar. Começar pela educação infantil. Começar pelas creches. As crianças bem-nascidas, as crianças ricas, os pais colocam em lugares espetaculares.

Grupo RDM: Escolas montessorianas.

Patrus Ananias: Exatamente.

Grupo RDM: Mas é possível colocar, fazer um projeto pedagógico montessoriano na escola pública? Porque a escola montessoriana é cara. Os ricos que estudam na escola montessoriana pagam mensalidades aí de R\$ 3, 4, 5 mil, até R\$ 10 mil.

“

“Não podemos pensar nossas cidades, nossos estados, e muito menos pensar o Brasil sem educação. Educação alargada, ligada à cultura, à pesquisa, desenvolvimento tecnológico, científico, para o país avançar. A educação pressupõe também as demais políticas públicas, tem que haver uma boa integração das políticas públicas, porque sem saúde ninguém aprende”

Patrus Ananias: Eu penso que é possível. É claro que tem que incorporar todos esses montessorianos e outros, mas eu penso que tem que ser uma coisa nossa também, brasileira. Eu acho que é necessário e é possível. É colocar recursos, priorizar. Quando nós começamos, eu fui ministro do presidente Lula, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nós entramos pela liderança do Lula, que é uma figura extraordinária, nós entramos para resolver a questão da fome no Brasil. O Ministério recebia e tinha recursos para isso. Como que for mesmo.

Grupo RDM: Falta uma articulação da política pública de educação?

Patrus Ananias: Claro. Educação infantil, por exemplo, que é o ponto de partida. Você já colocou aí. Começa a estabelecer a diferença entre os que podem e os que não podem. Em uma sociedade democrática, tem que estabelecer um patamar comum. Assegurar a todas as crianças e jovens um patamar comum de direitos e oportunidades. Então, a questão da educação infantil é entrar para resolver. Se o município não faz, o governo federal vai lá e faz. E resolve.

Grupo RDM: Coloca o dinheiro.

Patrus Ananias: Coloca o dinheiro e faz a conta própria. Nesse debate da educação, por exemplo, é interessante. Você tocou... o Darcy Ribeiro, ele defendia que o Estado Nacional, o Estado federal, tomasse conta de toda a educação. O Anísio Teixeira, não. O Anísio Teixeira defendia a descentralização. Educação dos estados, dos municípios. E o Darcy falava... O Anísio, eu concordo um pouco. Buscou um equilíbrio entre os dois. O Darcy, que era muito amigo dele, conta nas memórias dele, falando... Ô, Anísio, você não conhece bem o interior do sertão do Brasil, como eu conheço e brincava com ele, sabe? O problema é que nos municípios o coronelismo tem uma força enorme. Então, você garantiu uma escola pública de qualidade desde... Naquele tempo não se falava em educação infantil ainda. Eu acho que tem que fazer... Eu não sei por que esse projeto não anda aqui. Esse projeto que institui o Sistema Nacional de Educação. Que já





está com a urgência aprovada. Para mim, o ideal seria, o correto seria o Plano Nacional de Educação ser aprovado a partir das diretrizes de um Sistema Nacional de Educação. Integrando o governo federal, os governos estaduais, os governos municipais, qual a responsabilidade e tal. Agora, por outro lado, concluindo o raciocínio aqui, à medida que eu vejo que a educação é uma política pública especial, hoje ela ocupa um lugar muito forte nas minhas leituras, estudos, reflexões, nessa questão da soberania nacional, do projeto nacional brasileiro. Porque a educação trabalha em dois níveis. É ao mesmo tempo que é o direito fundamental da pessoa, desde a infância, a educação infantil, era um valor também fundamental para qualquer projeto comunitário, coletivo. Nós não podemos pensar nas nossas cidades, nos nossos estados, e muito menos pensar no Brasil sem educação. Educação alargada, ligada à cultura, à pesquisa, desenvolvimento tecnológico, científico, para o país avançar nesse campo e tudo. Agora, por outro lado também, eu quero concluir meu raciocínio sobre isso. A educação pressupõe também as demais políticas públicas, tem que haver uma boa integração das políticas públicas, porque sem saúde ninguém aprende. Sem uma alimentação adequada e saudável também ninguém tem saúde, e ninguém tem saúde também se não tiver um meio ambiente saudável, água potável, moradia digna, decente. Eu penso que há uma integração nesse sentido de o Brasil



“

“Sem uma alimentação adequada e saudável também ninguém tem saúde, e ninguém tem saúde também se não tiver um meio ambiente saudável, água potável, moradia digna, decente. Penso que há uma integração nesse sentido de o Brasil ter que fazer uma ação muito vigorosa, com a educação no centro e as demais políticas públicas convergindo”

ter que fazer uma ação muito vigorosa. Nós começamos a fazer isso nos dois primeiros governos do Lula, nós começamos a fazer isso com muita intensidade. Agora, é preciso retomar isso, pôr a educação no centro e as demais políticas públicas convergindo, para dar condições para que as crianças pobres, os jovens pobres e as suas famílias tenham condições realmente de [estudar]. Porque, a meu ver, um Estado democrático sério estabelece um patamar comum de direitos e oportunidades. Agora está ficando claro, para mim, que a educação enfrenta resistências, porque se você for fazer uma educação, como nós estamos colocando aqui, como estou falando, você estabeleceria uma mudança de paradigma nas relações sociais

UNIÃO CONSTRUÇÃO



Ministra da Gestão e da Inovação, **Esther Dweck**, fala durante coletiva de imprensa sobre um conjunto de medidas para fortalecer e aumentar a eficiência das estatais.

Governo anuncia ações para reduzir dependência financeira de estatais

Decretos assinados pelo presidente Lula no final do ano passado visam fortalecer e aumentar a eficiência das empresas públicas

Por Jorge Macedo, da Agência Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 9 de dezembro, três decretos com o objetivo de reestruturar a governança das empresas estatais brasileiras e seus modelos de negócios. Além de aumentar a produtividade e a eficiência das companhias, o governo espera reduzir a dependência financeira de parte das estatais em relação ao orçamento federal.

Os documentos foram assinados após reunião ministerial no Palácio do Planalto, em Brasília. A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, explicou que os decretos foram construídos para modernizar a gestão das estatais.

“O foco, obviamente, são as empresas que estão com alguma questão financeira, também discutindo empresas dependentes do orçamento. A nossa preocupação maior é justamente melhorar a capacidade dessas empresas

“

“O foco são as empresas que estão com alguma questão financeira, também discutindo empresas dependentes do orçamento. A nossa preocupação maior é justamente melhorar a capacidade dessas empresas de gerar valor para a sociedade brasileira, aumentar a sua sustentabilidade financeira e poder pensar a remodelagem dos modelos de negócios”

de gerar valor para a sociedade brasileira, aumentar a sua sustentabilidade financeira e poder pensar a remodelagem dos modelos de negócios”, afirmou.

O Brasil possui 44 estatais com

controle da União. Em 2023, elas geraram 5,75% do Produto Interno Bruto (PIB), com lucro somado de R\$ 197,8 bilhões, sendo R\$ 128,1 bilhões distribuídos aos acionistas.

Esther Dweck destacou que o governo avalia, no curto prazo, alterações no modelo de negócios de, ao menos, 15 estatais com objetivo de reduzir a dependência delas do Tesouro Nacional. Por outro lado, a ministra ponderou que nem todas as companhias podem ser financeiramente independentes do Estado.

“Nem todas as empresas vão se tornar independentes. A própria Ebserh [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares], que foi uma empresa [criada] para gerir os hospitais universitários no Brasil, não tem disponibilidade para se tornar independente. Não é isso. Mas a própria Ebserh, assim como a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento], a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba], pode aumentar a sua receita”, afirmou.

“

“Nem todas as empresas vão se tornar independentes. A própria Ebserh, que foi uma empresa [criada] para gerir os hospitais universitários no Brasil, não tem disponibilidade para se tornar independente. Não é isso. Mas a própria Ebserh, assim como a Conab [Companhia Nacional de Abastecimento], a Codevasf, pode aumentar a sua receita”

Modelos de negócios > Um dos decretos prevê a criação do Programa de Governança e Modernização das Estatais (Inova). Coordenado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e com a participação das estatais e dos ministérios a elas vinculados, o programa deve ajudar as empresas a encontrarem novos modelos de negócios.

“A gente faz um acordo de cooperação técnica com a empresa e com o ministério supervisor daquela empresa para uma consultoria para pensar uma remodelagem de negócio”, disse a ministra.

A secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Elisa Vieira Leonel, citou o caso dos Correios, que já tem um mapeamento de serviços que trariam novas receitas.

“Trariam receitas para suportar o custo de universalização dos Correios. [Esses mapeamentos] foram interrompidos no processo de privatização, quando a empresa esteve no programa de desestatização. Então, a ideia é que a gente volte a olhar para esses negócios em potencial”, destacou Elisa.

Imbel e Ceitec > A ministra Esther Dweck citou ainda o caso da Indústria de Material Bélico do Brasil

(Imbel), que, pelo fato de ser dependente do Tesouro, não pode realizar contratos para ajudá-la a se tornar financeiramente independente.

“A empresa fala que se conseguir ter dinheiro para os insumos, com um contrato de R\$ 300 milhões, ela pode gerar uma receita de R\$ 2,5 bilhões. Então, ela não consegue sair da dependência pelo fato de ser dependente”, destacou Esther.

Outra empresa que o governo tem discutido o modelo de negócios é a Ceitec, a estatal de semicondutores que chegou a ser colocada para liquidação no governo anterior, mas foi retomada no atual governo Lula.

“Ela também é uma dessas empresas com potencial enorme de receita, mas limitada por ser dependente do Tesouro. Portanto, com uma dificuldade de insumos e investimentos para poder sair da sua condição de dependência”, disse Esther.

De acordo com o decreto, o programa Inova deve desenhar medidas que busquem o desenvolvimento nacional sustentável e a redução das desigualdades sociais e regionais; a eficiência econômica e a competitividade; o aumento da produtividade, a soberania nacional; o fortalecimento da pesquisa e inovação; e a qualidade na prestação dos serviços públicos.

O programa também prevê a contratação de instituições de ensino e pesquisa para apoiar as estatais, além de planejamento e execução de ações para aperfeiçoamento técnico dos gestores e servidores das companhias, entre outras medidas para aprimorar a governança das estatais.

Sisest > Outro decreto assinado pelo presidente Lula prevê a criação do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais (Sisest), que deve



Patrimônios do povo brasileiros, as companhias públicas precisam de independência financeira.

ser formado pelos 16 ministérios que supervisionam as estatais brasileiras.

“Com o Sisest, o governo terá uma visão integrada das operações das estatais, que permitirá identificar rapidamente oportunidades de melhoria”, argumentou o MGI.

O sistema deve criar uma rede colaborativa para desenvolver padrões de qualidade e de racionalidade na supervisão ministerial da governança das estatais, com ações e políticas para aprimorar a gestão das empresas e monitorar o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos atos de constituição das empresas estatais.

O terceiro decreto assinado pelo presidente Lula reestrutura a atual Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que fixa diretrizes para atuação das empresas federais.

“A Lei das Estatais de 2016 tornou obsoletas algumas disposições do decreto que criou a CGPAR em 2007, incluindo a composição da comissão, que não mais se alinha à atual estrutura ministerial”, explicou a pasta da Gestão e Inovação.

Composta por representantes do MGI, do Ministério da Fazenda e da Casa Civil, a nova comissão deve, entre outras atribuições, aprovar as diretrizes e as estratégias relativas à participação acionária da União nas empresas estatais; manifestar-se sobre aquisição e venda de participações da União, além de estabelecer diretrizes gerais para negociação de acordos coletivos de trabalho, remunerações de administradores e distribuição de dividendos.

As estatais brasileiras não são todas geridas de forma eficiente.



Programa Justiça 4.0 capacitou 9 mil pessoas em 2024



■ Por Danielle Pereira e Ana Moura, da Agência CNJ de Notícias

Ao longo de 2024, o Programa Justiça 4.0 capacitou 9.002 pessoas em 35 formações que visam à transformação digital do Poder Judiciário. O número de participantes formados representa um aumento de mais de 110% em comparação com 2023.

Disponíveis para servidoras e servidores, magistradas e magistrados, estudantes e público em geral, os treinamentos buscaram desenvolver competências em áreas como inteligência artificial (IA), linguagem de programação, gestão de projetos e análise de dados. Os cursos também incluíram capacitações para o uso de soluções tecnológicas desenvolvidas no âmbito do Justiça 4.0, como o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), o Domicílio Judicial Eletrônico, o Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) e o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper).

O Justiça 4.0 é fruto de parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e conta com apoio

“

“O grande número de participantes nas capacitações evidencia a transformação digital do Judiciário, que tem investido em ferramentas modernas para aproximar o sistema judicial das demandas da sociedade. O Ceajud tem papel fundamental nesse processo, pois, além de oferecer essas capacitações em sua plataforma educacional, permite o compartilhamento e a replicação dos cursos a diversos tribunais do país”

do Conselho da Justiça Federal (CJF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para Alexandre Libonati Abreu, juiz auxiliar da Presidência do CNJ, as formações de 2024 reforçam o papel es-

tratégico do programa em promover a modernização da Justiça brasileira.

“O grande número de participantes nas capacitações evidencia a transformação digital do Judiciário, que tem investido em ferramentas modernas para aproximar o sistema judicial das demandas da sociedade. O Ceajud [Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário] tem um papel fundamental nesse processo, pois, além de oferecer essas capacitações em sua plataforma educacional, permite o compartilhamento e a replicação dos cursos a diversos tribunais de todo o país”, diz.

Recorde de cursos > Em 2024, o programa lançou 16 capacitações, sendo 14 autoinstrucionais e 3 síncronas, com 265 horas de conteúdo. Esse foi o maior número de cursos novos lançados em um ano. Desde 2022, já foram disponibilizados 46 cursos, com mais de 16 mil pessoas capacitadas.

As capacitações oferecidas pelo programa estão disponíveis na plataforma de aprendizado do CNJ para toda a sociedade.

9.002

PESSOAS FORMADAS EM CURSOS DO PROGRAMA JUSTIÇA 4.0

111,8%

DE AUMENTO EM COMPARAÇÃO COM OS RESULTADOS DE 2023



“Disponíveis para servidoras e servidores, magistradas e magistrados, estudantes e público em geral, os treinamentos buscaram desenvolver competências em áreas como inteligência artificial (IA), linguagem de programação, gestão de projetos e análise de dados”

Capacitações mais procuradas > A capacitação voltada ao BNMP 3.0 alcançou número recorde de participantes, 15.269, representando 40% das matrículas realizadas em todos os cursos ofertados no ano. As formações em Introdução à Inteligência Artificial (IA), Anotação de Dados e SNGB também tiveram bastante procura e concluíram o ano com 1.789 pessoas formadas.

Já na modalidade síncrona, 634 participantes foram certificados nos três cursos ofertados: Java Avançado, Testes Automatizados e Angular.

Adesão de tribunais > Das pessoas matriculadas nos cursos síncronos e autoinstrucionais do Justiça 4.0, 65% são profissionais do Poder Judiciário, com a Justiça Estadual concentrando 81% desses participantes.

As cortes que mais aderiram às capacitações foram o Tribunal de Justiça

de Minas Gerais (TJMG), seguido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Das 32 capacitações autoinstrucionais ofertadas em 2024, 12 integram as Estratégias de Capacitação dos Tribunais, iniciativa vinculada ao 1º Ciclo de visitas do Justiça 4.0 aos tribunais. Essas estratégias sugerem que os tribunais participantes estabeleçam metas de capacitação, definindo um número específico de servidores, servidoras, magistradas e magistrados para se qualificarem em cursos que apoiem o desenvolvimento ou a utilização das ferramentas do Programa Justiça 4.0. Essas capacitações foram responsáveis por 58% das matrículas realizadas no ano, com destaque para os cursos sobre BNMP 3.0, Domicílio Judicial Eletrônico e SNGB.

Para 2025, estão previstos 15 cursos de formação em linguagem de programação, ciência de dados e ou-

tras soluções do Justiça 4.0. Também é esperada uma ampliação no número de capacitações e de pessoas formadas, bem como uma maior proximidade com os tribunais e apoio às capacitações desenvolvidas.

CURSOS AUTOINSTRUCIONAIS COM MAIOR NÚMERO DE CONCLUINTE EM 2024

BNMP 3.0 – Capacitação para Utilização	3.274
Introdução à Inteligência Artificial para o Poder Judiciário	720
SNGB: Capacitação para Utilização	662
Anotação de Dados para Modelos de Inteligência Artificial no Judiciário	407
Pensamento Adaptativo e Gestão de Mudanças	359
Princípios Básicos de Integridade e Compliance para o Poder Judiciário	342
Formação de Gestores do Poder Judiciário em Sistemas de Integridade e Compliance	300
SNGB – Usuário Externo	277
Formação em Gestão de Projetos	214
Pensamento Sistêmico e Gerenciamento de Benefícios	203

RANKING DOS TRIBUNAIS COM MAIOR Nº DE MATRÍCULAS

Posição	Tribunal	Percentual	Número
1º	TJ-MG	9%	2.266
2º	TJ-RS	8%	1.923
3º	TJ-RJ	6%	1.592
4º	TJ-SP	6%	1.385
5º	TJ-SC	5%	1.249

PERFIL DOS CURSISTAS POR SEGMENTO DA JUSTIÇA

Posição	Tribunal	Percentual	Número
1º	Estadual	81%	20.168
2º	Federal	8%	1.942
3º	Trabalho	7%	1.739
4º	Eleitoral	3%	792
5º	Conselho	1%	141
6º	Superior	1%	136
7º	Militar	1%	131

Congresso se prepara para decidir metas da educação para os próximos 10 anos



Projeto em debate no Congresso estabelece metas, objetivos e estratégias para a educação nos próximos 10 anos

Novo Plano Nacional de Educação (PNE) está previsto para ser votado no Congresso Nacional ainda neste ano

Por Bárbara Gonçalves, da Agência Senado

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), que terá vigência por dez anos, pode ser votado pelo Congresso Nacional neste ano. O cenário a ser enfrentado pelo PNE inclui uma taxa de analfabetismo de 7%, escolas públicas com falta de infraestrutura e professores com salários defasados, entre outros desafios.

O projeto de lei que institui o novo plano (PL 2.614/2024) deveria ter sido enviado pelo Executivo em 2023, mas só foi encaminhado ao Congresso no ano passado. Para ter validade pelos próximos 10 anos, conforme a intenção do governo, os parlamentares têm de aprovar o texto até o final de 2025.

Atualmente, a proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados — e, depois de passar por essa Casa, será analisada no Senado. O texto con-

tém 18 objetivos, 58 metas (que permitem o monitoramento dos objetivos) e 253 estratégias (orientações para atingir os objetivos e as metas).

Os objetivos, metas e estratégias (veja a lista completa na página 7 do projeto) a serem cumpridos se referem às áreas de educação infantil, alfabetização, ensinos fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica.

Entre os objetivos estão a consolidação da gestão democrática do ensino público; a superação do analfabetismo entre jovens e adultos; e a garantia da qualidade e da equidade nas condições de oferta da educação básica.

O Senado já começou a se debater sobre o tema. No segundo semestre de 2024, a Comissão de Educação e

“

Se quisermos levar adiante o PNE, com seriedade e efetividade, nós precisamos pensar num sistema nacional de educação que dê conta disso. Um sistema que integre a federação, os estados e os municípios em um grande trabalho em rede, para que de fato haja uma política de Estado, e não uma política de governo de quatro ou de oito anos”

Cultura (CE) promoveu um ciclo de dez audiências públicas, com a participação de educadores, pesquisadores, representantes do governo, dos sistemas de ensino e da sociedade civil. Esses debates foram

uma iniciativa do senador Flávio Arns (PSB-PR), presidente da comissão.

Os debatedores elogiaram algumas das medidas e características do novo PNE, como a visão sistêmica do planejamento educacional e a intersectorialidade das políticas públicas nacionais. Mas também fizeram críticas e sugestões, como a recomendação de que o plano seja instituído junto com o Sistema Nacional de Educação — que está previsto no PLP 235/2019, projeto de lei de Flávio Arns — e de que haja definições mais claras sobre a execução das estratégias.

Veja a seguir algumas das medidas previstas no novo PNE e as avaliações feitas pelos especialistas que participaram dos debates no Senado.

Visão sistêmica > Para os debatedores, entre os pontos positivos estão a visão sistêmica do planejamento educacional e a intersectorialidade entre políticas públicas. Segundo eles, esse avanço foi possível porque o projeto levou em consideração as discussões com a sociedade civil e o monitoramento do PNE atualmente em vigor.

Além disso, o texto traz contribuições do grupo de trabalho do Ministério da Educação, de representantes do Congresso Nacional e de conselhos de educação, entre outros — a proposta incorpora, inclusive, sugestões feitas durante a Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em janeiro de 2024.

Para Paulo Fossatti, conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, um dos

“

“Paralelo à discussão do Plano Nacional de Educação, defendemos também a aprovação do Sistema Nacional de Educação, porque são dois instrumentos que têm necessariamente de dialogar entre si. Não dá para aprovar um e não aprovar o outro, porque isso causaria um descompasso que acabaria impedindo a sua implementação”

principais desafios é estabelecer o PNE como política de Estado (ou seja, sem o risco que o plano seja “desmontado” ao longo do tempo, conforme os governos forem se alternando no poder), com um sistema de execução integrada entre União, estados e municípios.

“Se quisermos levar adiante o PNE, com seriedade e efetividade, nós precisamos pensar num sistema nacional de educação que dê conta disso. Um sistema que integre a federação, os estados e os municípios em um grande trabalho em rede, para que de fato haja uma política de Estado, e não uma política de governo de quatro ou de oito anos”, alertou ele.

Fossatti ressaltou que o Brasil ainda registra cerca de 9 milhões de analfabetos e mais de 60 milhões de jovens que não terminaram o ensino fundamental.

Sistema Nacional de Educação >

Além de Fossatti, outros debatedores também argumentaram que, para a implementação do próximo PNE, é fundamental a instituição do Sistema Nacional de Educação — que está prevista no PLP 235/2019, projeto de lei complementar do senador Flávio Arns.

Esse projeto alinha políticas, programas e ações entre União, estados e municípios (e o Distrito Federal), no âmbito de uma articulação colaborativa dos entes da Federação. Seu texto foi aprovado no Senado e atualmente está em análise na Câmara dos Deputados.

Para os especialistas que discutiram o tema no Senado, o regime de colaboração entre as três esferas de governo previsto no Sistema Nacional de Educação viabilizará o planejamento e a execução das políticas públicas determinadas pelo novo PNE.

“Paralelo à discussão do Plano Nacional de Educação, defendemos também a aprovação do Sistema Nacional de Educação, porque são dois instrumentos que têm necessariamente de dialogar entre si. Não dá para aprovar um e não aprovar o outro, porque isso causaria um descompasso que acabaria impedindo a sua implementação”, declarou Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Flávio Arns concorda com essa avaliação. Segundo ele, as metas e estratégias do PNE só poderão ser executadas com um sistema que estabeleça de forma clara as responsabilidades de cada ente da federação — inclusive possibilitando que municípios e estados elaborem seus próprios planos e sistemas (a previsão é que o PNE, após ser aprovado no Congresso, dê origem a planos estaduais e municipais de educação).

“Para termos, por exemplo, um plano municipal de educação com metas bem definidas pela comunidade educacional, a gente precisa ter o Sistema Nacional de Educação para que o município saiba com o que pode contar nesse debate tripartite entre União, estados e municípios. Porque senão fica difícil para os municípios estabelecerem suas metas sem saber qual apoio terão”, disse Arns.

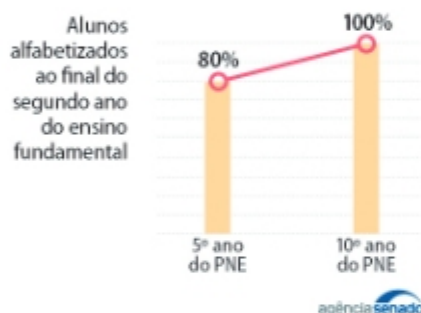


Especialistas defendem que plano integre as ações da União com as dos estados e municípios

Alfabetização x evasão ▶ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) aponta para uma queda significativa na porcentagem de estudantes alfabetizados no segundo ano do ensino fundamental: de 60% em 2019 para 44% em 2021. Segundo o Ministério da Educação, a redução pode ter sido resultado da pandemia de Covid-19.

Para tentar reverter tal tendência, a Meta 3.a visa assegurar que, até o quinto ano de vigência do plano, pelo menos 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental. Essa meta também visa assegurar que, após 10 anos do plano, todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental.

Metas de alfabetização



Além disso, o novo PNE propõe universalizar, até o terceiro ano de vigência do plano, o acesso à escola para toda a população de 6 a 17 anos de idade. Propõe ainda elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais visando superar o analfabetismo até o final da vigência do PNE.

Para reduzir a evasão, o plano prevê a ampliação da oferta de educação em tempo integral na rede pública.

Na avaliação de Hugo Silva, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), os problemas com a estrutura e o funcionamento das escolas públicas de educação básica estão entre as causas da falta de interesse do aluno em permanecer no sistema educacional. Ele afirma que as escolas precisam ser transformadas para atrair os jovens e para apresentar a educação como uma opção para a vida pessoal e profissional deles.

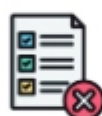
"Muitas escolas parecem presí-

dios. A gente visita escolas em que existem mais grades do que bedouros. A gente precisa que esse PNE estruture o que vai ser a construção dessa escola com a nossa cara. Uma escola com cultura, uma escola com esporte, uma escola com produção de ciência e tecnologia. Uma escola onde a gente sinta vontade de estar lá".

O projeto do PNE prevê, por exemplo, uma meta para a redução da desigualdade na oferta de infraestrutura entre as escolas da educação básica (Meta 18.d). Mas Hugo Silva ressalta que a previsão em lei não é suficiente; ele enfatiza que é necessário fiscalizar a implementação da meta pelos estados.

De acordo com o Ministério da Educação, 68 milhões de pessoas com mais de 18 anos não haviam concluído a educação básica em 2023. E o Censo Demográfico de 2022 indica que 9,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas.

Situação educacional da população brasileira



68 milhões de pessoas com mais de 18 anos não haviam concluído a educação básica¹

9,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas²



Fontes: ¹Ministério da Educação, 2023; ²Censo Demográfico de 2022.

agência senado

Uma das estratégias do novo PNE para os ensinos fundamental e médio é a elaboração de propostas curriculares alinhadas às transformações da sociedade e do mundo do trabalho, assegurando o acesso à cultura e ao conhecimento científico (Estratégia 4.5). Espera-se, dessa forma, que o processo de ensino e aprendizagem se torne "contextualizado, atrativo e significativo aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio".

Também foi inserida como estratégia de permanência o fomento a po-



Flávio Arns:
responsabilidades de cada ente federativo devem ser estabelecidas com clareza

líticas de apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica (Estratégia 4.8 e Estratégia 10.4), como é o caso do Programa Pé de Meia.

Indicadores e tribunais de contas ▶

A proposta do novo plano mantém o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como responsável pelo monitoramento do PNE. A cada dois anos, esse órgão deve publicar o índice de alcance das metas, como já ocorre hoje, por meio de indicadores. O órgão usa atualmente cerca de 50 indicadores.

Além disso, o projeto prevê o fomento a avaliações diagnósticas e formativas nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino, visando definir estratégias para o processo de alfabetização e recomposição das aprendizagens dos estudantes (Estratégia 3.9 e Estratégia 5.9).

O texto também prevê o aprimoramento contínuo dos processos de avaliação e a apropriação dos resultados educacionais pelas escolas, considerados os níveis alcançados por



"Para termos um plano municipal de educação com metas bem definidas pela comunidade educacional, a gente precisa ter o Sistema Nacional de Educação para que o município saiba com o que pode contar nesse debate tripartite entre União, estados e municípios. Porque senão fica difícil para os municípios estabelecerem suas metas sem saber qual apoio terão"



“

“Muitas escolas parecem presídios. A gente visita escolas em que existem mais grades do que bebedouros. A gente precisa que esse PNE estruture o que vai ser a construção dessa escola com a nossa cara. Uma escola com cultura, uma escola com esporte, uma escola com produção de ciência e tecnologia. Uma escola onde a gente sinta vontade de estar lá”

diferentes grupos sociais, com vistas à redução das desigualdades existentes e ao apoio ao planejamento e à gestão (Estratégia 3.10 e Estratégia 5.8).

Durante as audiências no Senado, vários debatedores cobraram melhorias nesse quesito. Eles defendem, por exemplo, a inclusão dos tribunais de contas dos estados (TCEs) nesse processo.

“Temos trabalhado continuamente nessa área e temos essa capilaridade e essa responsabilidade de analisar o que o Brasil tem feito, evidenciando boas práticas e pontos a serem aperfeiçoados. Nesse projeto de lei, é fundamental que se preveja a participação dos tribunais

de contas nas fases de cumprimento e avaliação das metas da educação. Esse projeto não pode ser apenas uma carta de intenções; ele deve ter objetivos factíveis para alcançarmos melhorias significativas na educação, tanto em níveis de aprendizagem quanto em qualidade e equidade, eficiência e efetividade”, declarou Vinicius Schafaschek de Moraes, servidor do Tribunal de Contas de Rondônia e membro da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Já Bruno Loureiro Mahé avalia que o novo PNE precisa definir melhor as metas, as estratégias e os indicadores, além de prever apontamentos de trabalho específicos da competência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele é coordenador de ações de controle da Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU.

Mahé também apontou a necessidade de melhoria na elaboração e no monitoramento dos planos subnacionais.

“O plano nacional tem que servir de guia, mas os demais entes, os estados e os municípios, têm que criar um alinhamento com o plano nacional de acordo com a realidade local ou regional. E aí se perceberam algumas fragilidades. Por exemplo, deficiências no apoio técnico prestado pelo MEC tanto na elaboração quanto no monitoramento desses planos [estaduais e municipais]. O MEC iniciou uma rede de apoio que teve um resultado positivo no

início, mas, depois, ela foi sendo, de certa forma, deixada de lado. Mesmo no início, por exemplo, os entes tiveram dificuldades no diagnóstico educacional [...] E o que se percebeu foi que houve falhas nesse diagnóstico educacional. Além disso, houve também falhas no desenho e na realização de monitoramento e avaliação desses planos subnacionais e também falhas no gerenciamento e na alimentação dos sistemas do MEC que tratam desse assunto”.

Povos indígenas, rurais e quilombolas

► Uma novidade do projeto é o Objetivo 8, que trata das modalidades de educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola. Também prevê a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e as especificidades dessas populações.

Além disso, o texto propõe a adaptação do currículo e do calendário escolar de acordo com a realidade, a identidade cultural, as condições climáticas da região e as necessidades dos estudantes.

O Censo Escolar de 2022 contabilizou 3.541 escolas de ensino básico localizadas em terras indígenas (quase 2% do total de 178,3 mil escolas de ensino básico do país). Também verificou que 3.597 delas oferecem educação indígena por meio das redes de ensino.

Entre os quilombolas, estima-

-se que a taxa de analfabetismo seja 2,7 vezes maior que a média do Brasil: enquanto o índice nacional é de 7%, o da população quilombola alcança 18,99%.

Durante as audiências no Senado, Arlindo Baré, coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, destacou algumas das demandas urgentes da educação indígena: a garantia do acesso e da permanência dos alunos indígenas, desde a educação básica ao ensino superior; a prioridade orçamentária para a política de educação nos territórios étnicos, visando assegurar autonomia de gestão; e o investimento na educação digital.

“A gente precisa promover uma educação digital para um uso crítico, reflexivo, étnico das tecnologias de informação nas comunidades indígenas. Por que eu considero isso importante? Para além de trazer coisas que já estão muito evidentes, como a precarização das escolas indígenas, muitas delas não são, de fato, escolas adequadas e, principalmente, não possuem o que seria uma estrutura educacional na concepção dos povos indígenas. Então, para além disso, garantir esse acesso vai garantir a qualidade e a permanência em todos os níveis”, argumentou Baré.

Investimento > A Meta 18.a prevê a ampliação do investimento público em educação para 7% do PIB até o sexto ano de vigência do novo PNE. Para o final da vigência desse plano (ou seja, após 10 anos), a meta prevê ampliação para 10% do PIB.

Metas de investimento



Mas, para muitos especialistas que participaram dos debates no Senado, a meta de 7% no sexto ano é um retrocesso – considerando que o PNE



atualmente em vigor já tinha essa mesma meta (7%) para 2019, e ela não foi alcançada. Atualmente, o investimento público em educação é de aproximadamente 5% do PIB.

Romualdo Portela de Oliveira, representante do Centro de Estudos Educação & Sociedade, apontou o que, segundo ele, é uma incoerência: a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é semelhante às metas dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas o Brasil não investe na educação o mesmo volume de recursos que os países da OCDE investem.

“O nosso gasto por aluno é substancialmente inferior ao dos países da OCDE. E aí eu acho muito interessante que a gente estabeleça como meta do Ideb a média dos países da OCDE e não tenha nos nossos planos de educação a ideia de que temos que gastar a média dos países da OCDE por aluno. Você cria um desejo e não cria as condições necessárias para que ele venha a ser cumprido”, criticou ele.

O Ideb utiliza dados sobre a aprovação dos estudantes e as médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Seu índice, que mede o desempenho dos alunos, varia de 0 a 10. A meta atual é atingir o índice 6 – que



“Nesse projeto, é fundamental prever a participação dos tribunais de contas nas fases de cumprimento e avaliação das metas. O projeto não pode ser apenas uma carta de intenções; deve ter objetivos factíveis para alcançarmos melhorias significativas na educação, tanto em níveis de aprendizagem quanto em qualidade, equidade, eficiência e efetividade”

é equivalente ao desempenho médio registrado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela OCDE.

Formação de professores e plano de carreira > A Estratégia 5.12 prevê políticas de formação inicial e continuada dos professores. Dessa forma, espera-se a ampliação do número de professores “com formação adequada à área de conhecimento e modalidade que lecionam”.

Também se espera que a formação inicial e continuada de docentes os



capacitem a atuar em turmas heterogêneas, inclusivas, e em contextos territoriais, sociais, socioambientais e culturais diversificados (Estratégia 3.6 e Estratégia 5.13).

O projeto também propõe planos de carreira para todos os profissionais da educação básica (em sua Meta 16.c). Para os profissionais do magistério, o novo PNE prevê como referência o piso salarial nacional profissional e o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os alunos.

Para Suzane Gonçalves, presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, o projeto deveria incluir a percepção de que os profissionais da educação são todos aqueles que atuam no espaço escolar e no ensino superior, e não apenas os professores.

Ela também recomendou que o novo PNE garanta que os profissionais trabalhem em suas áreas de formação. E que, além de planos de carreira, sejam realizados concursos públicos.

“Hoje a carreira docente tem

“

“Nosso gasto por aluno é inferior ao dos países da OCDE. Eu acho muito interessante estabelecer como meta do Ideb a média dos países da OCDE e não tenha nos nossos planos de educação a ideia de que temos que gastar a média dos países da OCDE por aluno. Você cria um desejo e não cria as condições necessárias para que ele venha a ser cumprido”

baixa atratividade. Cursos de licenciatura têm baixíssima procura, e um dos motivos desse quadro está no fato de a carreira ser pouco valorizada, tanto do ponto de vista da remuneração quanto da previsão de crescimento [profissional]. Os dados que temos são preocupantes quando vemos, no Brasil, quase 50%

dos professores em contratos temporários e precários. Isso reflete num ensino sem qualidade”, argumentou.

A Meta 16.d do projeto é assegurar que, no mínimo, 70% dos profissionais do magistério em cada rede pública de ensino tenham vínculo estável por meio de concurso público até o fim da vigência do novo PNE.

Cenário atual > O Plano Nacional de Educação atualmente em vigor foi instituído pela Lei 13.005, de 2014. Esse texto previa que o Poder Executivo deveria ter enviado ao Congresso Nacional um novo projeto para o PNE até junho de 2023.

Como isso não aconteceu, a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) apresentou um projeto de lei para prorrogar o plano atual até 2025. Esse projeto (PL 5.665/2023) foi aprovado pelo Congresso Nacional e se transformou na Lei 14.934, de 2024.

A proposta do novo PNE (PL 2.614/2024), elaborada pelo Ministério da Educação, foi enviada pelo Executivo em junho de 2024.

Uma das
candidatas
quilombolas

Em 2024, Brasil elegeu 17 prefeitos autodeclarados quilombolas

Informação sobre pertencimento a comunidades quilombolas entrou no registro de candidaturas, pela primeira vez na história, nas Eleições 2024

Da Agência TSE de Notícias

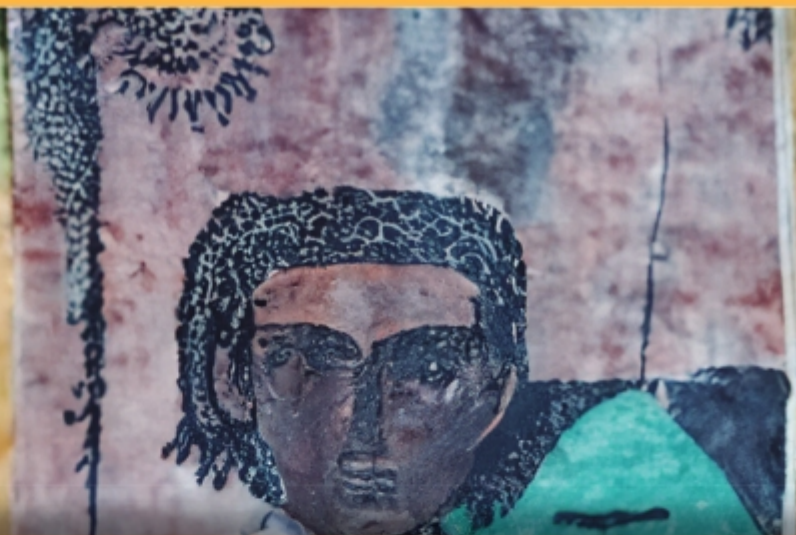
A possibilidade de auto-declaração de pertencimento a comunidades quilombolas no registro de candidatura é um marco das Eleições Municipais de 2024. Com a medida, instituída pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.729/2024, é possível ter acesso a informações sobre a participação política desse grupo minoritário, revelando a força dessa população no território nacional.

Segundo o Portal de Dados Abertos do TSE, 385 quilombolas se elegeram em todo o Brasil neste ano. Foram 17 prefeitos, 37 vice-prefeitos e 331 vereadores com auto-declaração de pertencimento a uma comunidade quilombola.

“

“Possibilitar que candidatas e candidatos de origem quilombola pudessem declarar essa sua condição no cadastro foi uma das principais iniciativas, o que permitiu a geração de dados oficiais. A partir desses dados, começamos a analisar as dificuldades que esses grupos ainda enfrentam e por que esses números ainda são baixos”

Quilombolas eleitos pelo país em 2024 ▶ Do total de quilombolas eleitos em 2024, 79 são mulheres e 302 são homens. Entre as mulheres eleitas, 72 assumiram o cargo de vereadora, enquanto 2 foram eleitas prefeitas e 5 vice-prefeitas. Entre os homens, 256 se elegeram vereadores, 15 prefeitos e 31 vice-prefeitos, demonstrando a diversidade de cargos ocupados por representantes quilombolas em diferentes esferas dos poderes Legislativo e Executivo municipais. Cinco estados se destacaram pelo número de quilombolas eleitos. A Bahia lidera o ranking, com 60 representantes, seguida por Minas Gerais, com 47, pelo Pará, com 33, por Goiás, com 30, e pelo Tocantins, com 28. Essas unidades



Quilombolas eleitos pelo país



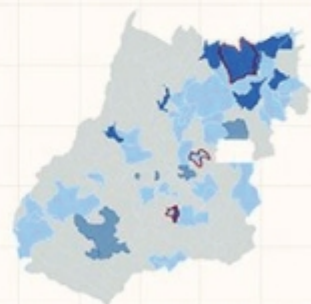
Dos 1.208 municípios com alguma localidade quilombola, 157 (15%) elegeram ao menos 1 vereador autodeclarado quilombola.

Outras 107 cidades elegeram ao menos 1 quilombola ao cargo de vereança sem ter uma localidade quilombola.

● **Chapada da Natividade (TO):** 8 dos 9 vereadores eleitos para a câmara municipal se autodeclararam pertencentes à comunidade quilombola.



Bahia:
Lidera o ranking com 60 representantes quilombolas.
2 prefeitos, 5 vices e 53 vereadores.



Goiás:
É o estado com mais prefeitos quilombolas eleitos.
Foram quatro em 2024.

federativas representam os maiores avanços na participação quilombola em diferentes cargos eletivos.

Em Chapada da Natividade (TO), 8 dos 9 vereadores eleitos para a Câmara Municipal se autodeclararam pertencentes a uma comunidade quilombola. É a única cidade brasileira com a maioria da vereança sendo integrante de quilombos. Além disso, o prefeito eleito neste ano também se autodeclarou pertencente a uma comunidade quilombola.

No panorama nacional, o Acre não elegeu nenhum representante quilombola em 2024. Já os estados de Rondônia e do Amazonas têm um vice-prefeito e um vereador eleito com essa autodeclaração, respectivamente.

Entre os estados com prefeitos quilombolas eleitos, Goiás assume a liderança, com 4, seguido por Tocantins, com 3. Bahia, Minas Gerais e Maranhão elegeram 2 prefeitos cada. Já no Pará, no Ceará, no Piauí e em São Paulo, 1 prefeito foi eleito.

De acordo com a comerciante Paula Braga, nascida e criada no Qui-

Fontes: Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (PDA-TSE) e IBGE, Censo Demográfico 2022.



Comerciante
Paula Braga,
nascida e criada
no Quilombo
Mesquita (GO)

lombo Mesquita (GO), ter a oportunidade de escolher um representante que conhece a realidade do lugar é uma possibilidade de contar com alguém que vai lutar pelos valores, pela cultura e pela história. “Para nós é um avanço muito grande você poder se reconhecer, colocar em um documento ou qualquer inscrição que vai fazer que você se declara quilombola”, comenta.

Proteção contra fraudes > A Resolução TSE nº 23.729 também prevê instrumentos importantes para coibir eventuais falsas autodeclarações de pertencimento a comunidades quilombolas, a fim de assegurar a integridade e a legitimidade desse registro no sistema eleitoral.

A norma estabelece que, em caso de divergência entre os dados apresentados no registro de candidatura e no cadastro eleitoral – como identidade de gênero, cor ou raça, etnia indígena e pertencimento a comunidade quilombola –, o registro pode ser encaminhado para análise judicial, garantindo que a autodeclaração não seja utilizada de forma indevida para a obtenção de vantagens eleitorais.

A fiscalização também é reforçada por iniciativas de transparência no sistema eleitoral, como o acompanhamento das informações divulgadas no DivulgaCandContas. Além disso, organizações e lideranças comunitárias podem atuar como agentes fiscalizadores, denunciando eventuais irregularidades e contribuindo para que os registros representem, de fato, os candidatos pertencentes às comunidades quilombolas.

Esforço contínuo > A assessora-chefe de Inclusão e Diversidade do TSE, Samara Pataxó, destaca os esforços inéditos da Justiça Eleitoral para as Eleições Municipais de 2024 no que se refere ao tema da representatividade. “Possibilitar que candidatas e candidatos de origem quilombola pudessem declarar essa sua condição no cadastro” foi uma das principais iniciativas, segundo ela, o que permitiu a geração de dados oficiais. “A partir desses dados, começamos a analisar as dificuldades que esses grupos ainda enfrentam e por que esses números ainda são baixos”, explica.

Samara Pataxó reforça também o impacto das ações de conscientização

“

“Essas ações visam garantir que todos, em igualdade de condições, tenham representação nos espaços de poder. É necessário que essas pessoas, historicamente invisibilizadas, ocupem esses espaços para construir políticas públicas que atendam às suas especificidades e fortaleçam a democracia brasileira”

realizadas diretamente nas localidades quilombolas. “Ir a essas comunidades é de extrema importância para levar o serviço da Justiça Eleitoral, tirar dúvidas e incentivar a participação política. Essas ações visam garantir que todos, em igualdade de condições, tenham representação nos espaços de poder. É necessário que essas pessoas, historicamente invisibilizadas, ocupem esses espaços para construir políticas públicas que atendam às suas especificidades e fortaleçam a democracia brasileira”, ressalta.



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?
Conte com a New Line



NÃO FAÇA  QUEIMADAS,
O FOGO PODE VOLTAR CONTRA VOCÊ!

**QUEIMADAS PREJUDICAM A
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

Você pode denunciar

Batalhão de Emergências Ambientais
0800 647 7363

**EMERGÊNCIA
193**